DIREITO TRIBUTÁRIO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direito Tributário busca proporcionar o conhecimento teórico e prático em Direito Tributário, visando uma atuação profissional qualificada na área, sob a ótica da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, da doutrina e da jurisprudência. A abordagem técnico-científica contribuirá com as condições necessárias para uma atuação na advocacia, contenciosa ou consultiva, bem como em órgãos públicos e privados e no auxílio ao planejamento tributário. Contudo, faz-se fundamental para os operadores do Direito, nas mais diversas áreas de atuação manejar, compreender e dominar os fundamentos teóricos e práticos do Direito Tributário. Nesta perspectiva, o bacharel deve ser instigado a operar o Direito Tributário a partir de modelos consagrados na Filosofia do Direito, na Teoria Geral do Direito, no Direito Constitucional, no Direito Administrativo e no Direito Processual.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Tributário, com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade bem como desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área tributária, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação tributária, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Tributário buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais do serviço público e da iniciativa privada para atuação na área tributária.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	**Introdução à Ciência do Direito**	**60**

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

533	**Introdução ao Direito Tributário**	**30**

APRESENTAÇÃO

Tributos: Epistemologia e Definição; Epistemologia; Espécies de Tributos; Impostos (Arts. 16 A 76 do Ctn); Classificação dos Impostos; Taxas? Arts. 77 a 80 do Ctn; Contribuições De Melhoria? Arts. 81 e 82 Do Ctn; Empréstimos Compulsórios? Art. 148, Cf/88; Contribuições Especiais (Ou Parafiscais)? Arts. 149 E 149-A Da Cf/88; Os Tributos na História; Os Tributos na História da Humanidade; O Direito Tributário; Definições e Conceitos do Direito Tributário; Princípios do Direito Tributário; O Princípio da Legalidade; Exceções ao Princípio da Legalidade Tributária; Legalidade Tributária e Medida Provisória; O Princípio da Irretroatividade Tributária; A Problemática da Retroatividade Imprópria no Direito Tributário Brasileiro; O Princípio da Não-Surpresa Tributária; Exceções Ao Princípio da Não-Surpresa Tributária; Princípio da Não-Surpresa Tributária e Medidas Provisórias; A Anualidade e a não Surpresa Tributária; Princípio da Capacidade Contributiva; Princípio da Pessoalidade dos Impostos; Princípio do Livre Trânsito de Pessoas e Bens; Princípio da Isonomia Tributária; Princípio do Não-Confisco; Princípio da Generalidade, Progressividade e Uniformidade sobre a Renda; Princípio da Progressividade sobre a Propriedade Territorial Urbana ou Rural; Princípio da Unidade Político-Econômica do Território Nacional; Princípio da Uniformidade do Regime Tributário; Princípio da Não-Cumulatividade de IPI E ICMS; Princípio da Seletividade do IPI e do ICMS; Artigo: Proteção do Contribuinte e Fazenda Contra Atos Contraditórios da Modificação de Jurisprudência em Direito Tributário; A Previsibilidade e Estabilidade da Relação Tributária: A Confiança Legítima dos Contribuintes e a Garantia da Fazenda contra o Abuso de Direito; As Modificações de Jurisprudência em Direito Tributário.

OBJETIVO GERAL

Analisar e entender os aspectos que compõe os fundamentos do Direito tributário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender conceitos dos tributos: epistemologia e definição
Analisar os tributos na história da humanidade
Identificar e discutir a problemática da retroatividade imprópria no direito tributário brasileiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TRIBUTOS: EPISTEMOLOGIA E DEFINIÇÃO
EPISTEMOLOGIA
DEFINIÇÃO
ESPÉCIES DE TRIBUTOS
IMPOSTOS (ARTS. 16 A 76 DO CTN).
CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS
TAXAS? ARTS. 77 A 80 DO CTN.
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA? ARTS. 81 E 82 DO CTN.
EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS? ART. 148, CF/88.
CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (OU PARAFISCAIS)? ARTS. 149 E 149-A DA CF/88.
OS TRIBUTOS NA HISTÓRIA
OS TRIBUTOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE
O DIREITO TRIBUTÁRIO
DEFINIÇÕES E CONCEITOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE
EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA
LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E MEDIDA PROVISÓRIA
O PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA
A PROBLEMÁTICA DA RETROATIVIDADE IMPRÓPRIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO
O PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA
EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA E MEDIDAS PROVISÓRIAS
A ANUALIDADE E A NÃO SURPRESA TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE DOS IMPOSTOS
PRINCÍPIO DO LIVRE TRÂNSITO DE PESSOAS E BENS
PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO
PRINCÍPIO DA GENERALIDADE, PROGRESSIVIDADE E UNIFORMIDADE SOBRE A RENDA
PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA OU RURAL
PRINCÍPIO DA UNIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO NACIONAL.
PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DO REGIME TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE DE IPI E ICMS
PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE DO IPI E DO ICMS
ARTIGO: PROTEÇÃO DO CONTRIBUINTE E FAZENDA CONTRA ATOS CONTRADITÓRIOS E MODIFICAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO
A PREVISIBILIDADE E ESTABILIDADE DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA: A CONFIANÇA LEGÍTIMA DOS CONTRIBUINTES E A GARANTIA DA FAZENDA CONTRA O ABUSO DE DIREITO
AS MODIFICAÇÕES DE JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros. 2004.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Direito tributário. 9. ed. São Paulo: Premier Máxima, 2008.
SABBAG, E M. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros. 2004.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 11 Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003. (atualizado por Mizabel de Abreu Derzi).
_____. Limitações Constitucionais ao poder de tributar. 7 ed. rev. e atua. por MIZABEL DERZI. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.
CARVALHO, Fabio Junqueira de, MURGEL, Maria Inês. IRPJ – Teoria e prática jurídica. São Paulo: Dialética, 1999.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Carlos Otávio Ferreira de. O Modelo Brasileiro do Arm's Length sob a Óptica da Teoria da Justiça. In: Revista Direito Tributário Atual 23. Coordenação Alcides Jorge Costa et alli. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Tributário/Dialética, 2009.

76	Metodologia do Ensino Superior	60

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

535	**Princípios e Normas do Direito Tributário**	**60**

APRESENTAÇÃO

Princípios e Normas do Direito Tributário; Fontes do Direito Tributário; Instrumentos Normativos Que criam os Tributos; Medida Provisória; Lei Complementar; Lei Ordinária; Instrumentos Que Regulam a Lei; Normas Complementares; Os Princípios Constitucionais e Seus Fundamentos; O Direito Tributário e seus Princípios; dos princípios constitucionais e tributários; Princípio da Justiça; Princípio da certeza do direito; Princípio da Segurança Jurídica; Princípio da igualdade; Princípio da universalidade da jurisdição; Princípio da ampla defesa e do devido

processo legal; Princípio da isonomia das pessoas políticas constitucionais; Princípio da supremacia do interesse público ao do particular; Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos; Princípio da legalidade tributária; Exceções ao princípio da legalidade tributária; Legalidade tributária e medida provisória; O princípio da irretroatividade tributária; A problemática da retroatividade imprópria no direito tributário brasileiro; O princípio da não surpresa tributária; Exceções ao princípio da não surpresa tributária; O princípio da não surpresa tributária e medidas provisórias; Princípio da capacidade contributiva; Princípio da pessoalidade dos impostos; Princípio do livre trânsito de pessoas e bens; Princípio da isonomia tributária; Princípio do não confisco; Princípio da generalidade, progressividade e uniformidade sobre a renda; Princípio da progressividade sobre a propriedade territorial urbana ou rural; Princípio da vedação de criação de impostos federais novos cumulativos ou que tenham a mesma base de cálculo ou fato gerador daqueles previstos na Constituição; Princípio da unidade político-econômica do território nacional; Princípio da uniformidade do regime tributário; Princípio da não-cumulatividade de IPI e ICMS; Princípio da seletividade do IPI e do ICMS; A regra matriz de incidência tributária e de deveres instrumentais; Hipótese de incidência tributária e fato imponível; A regra-matriz de incidência tributária; Os critérios da hipótese; Aplicação da regra-matriz; O planejamento tributário e os princípios éticos aplicados a ele; Princípio da liberdade fiscal; Princípio da capacidade contributiva; Proporcionalidade como princípio harmonizador do binômio liberdade fiscal versus capacidade contributiva.

OBJETIVO GERAL

• Compreender os aspectos teóricos metodológicos dos princípios e normas do Direito Tributário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Compreender os princípios da não surpresa tributária e medidas provisórias; • Entender os princípios da Justiça; Princípio da certeza do direito; Princípio da Segurança Jurídica; • Analisar os princípios constitucionais e seus fundamentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS E NORMAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO INSTRUMENTOS NORMATIVOS QUE CRIAM OS TRIBUTOS MEDIDA PROVISÓRIA LEI COMPLEMENTAR LEI ORDINÁRIA INSTRUMENTOS QUE REGULAM A LEI NORMAS COMPLEMENTARES OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SEUS FUNDAMENTOS O DIREITO TRIBUTÁRIO E SEUS PRINCÍPIOS DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E TRIBUTÁRIOS PRINCÍPIO DA JUSTIÇA PRINCÍPIO DA CERTEZA DO DIREITO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA PRINCÍPIO DA IGUALDADE PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DA JURISDIÇÃO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL PRINCÍPIO DA ISONOMIA DAS PESSOAS POLÍTICAS CONSTITUCIONAIS PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO AO DO PARTICULAR PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E MEDIDA PROVISÓRIA O PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA A PROBLEMÁTICA DA RETROATIVIDADE IMPRÓPRIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO O PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA TRIBUTÁRIA EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA TRIBUTÁRIA O PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA TRIBUTÁRIA E MEDIDAS PROVISÓRIAS PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE DOS IMPOSTOS PRINCÍPIO DO LIVRE TRÂNSITO DE PESSOAS E BENS PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO PRINCÍPIO DA GENERALIDADE, PROGRESSIVIDADE E UNIFORMIDADE SOBRE A RENDA. PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA OU RURAL. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CRIAÇÃO DE IMPOSTOS FEDERAIS NOVOS CUMULATIVOS OU QUE TENHAM A MESMA BASE DE CÁLCULO OU FATO GERADOR DAQUELES PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA UNIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO NACIONAL. PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DO REGIME TRIBUTÁRIO PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE DE IPI E ICMS PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE DO IPI E DO ICMS. A REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E DE DEVERES INSTRUMENTAIS HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E FATO IMPONÍVEL A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA OS CRITÉRIOS DA HIPÓTESE APLICAÇÃO DA REGRA-MATRIZ O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS APLICADOS A ELE PRINCÍPIO DA LIBERDADE FISCAL PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA PROPORCIONALIDADE COMO PRINCÍPIO HARMONIZADOR DO BINÔMIO LIBERDADE FISCAL VERSUS CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário. 8 ed. ver. amp. Rio de Janeiro: Forense, 2007. COELHO, Yuri Carneiro. Sistema e princípios constitucionais tributários. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 36, 1 nov. 1999. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

PERIÓDICOS

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. Conceito de Princípios Constitucionais. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999.

532	Direito Processual Tributário	30

APRESENTAÇÃO

Fundamentos do Processo Tributário e Execução Fiscal; Execução Fiscal No Processo Judicial Tributário; Critérios Antecipatórios À Execução Fiscal; Processo de Constituição Para Ação de Execução Fiscal; A Execução Judicial e Critérios Avaliadores para a Liquidez da Dívida; Os Efeitos da Execução Judicial Perante a Certeza do Débito; Sistema Processual Tributário: Evolução Histórica e Paradigmática; Crimes Contra a Ordem Tributária e a Representação Fiscal para fins Penais; O Crédito Tributário e a sua Constituição pelo Lançamento; Fundamentos e Limites da Criminalização de Dívidas Tributárias; Crimes Contra a Ordem Tributária e a Representação para Fins Penais; Causas de Extinção da Punibilidade.

OBJETIVO GERAL

• Demonstrar a importância do estudo dos fundamentos do processo tributário e execução fiscal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estudar o processo de constituição para ação de execução fiscal; • Estabelecer as relações entre os fundamentos e limites da criminalização de dívidas tributárias; • Analisar e posicionar-se sobre os crimes contra a ordem tributária e a representação para fins penais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FUNDAMENTOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO E EXECUÇÃO FISCAL EXECUÇÃO FISCAL NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO CRITÉRIOS ANTECIPATÓRIOS À EXECUÇÃO FISCAL PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO PARA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL A EXECUÇÃO JUDICIAL E CRITÉRIOS AVALIADORES PARA A LIQUIDEZ DA DÍVIDA OS EFEITOS DA EXECUÇÃO JUDICIAL PERANTE A CERTEZA DO DÉBITO SISTEMA PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PARADIGMÁTICA CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E A REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS O CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A SUA CONSTITUIÇÃO PELO LANÇAMENTO FUNDAMENTOS E LIMITES DA CRIMINALIZAÇÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E A REPRESENTAÇÃO PARA FINS PENAIS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ANEXO 01: PESQUISAS SOBRE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO PESQUISA - DISPOSITIVO DE LEI SOBRE DEPÓSITO DE PRECATÓRIO JUDICIAL É JULGADA INCONSTITUCIONAL PESQUISA - A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PESQUISA - REGRA SOBRE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS É INCONSTITUCIONAL CORRIDA DE BARREIRAS PESQUISA - MENSAGEM 845 CASA CIVIL - CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTAR ANEXO 02: LEGISLAÇÃO FEDERAL E NORMAS TRIBUTÁRIAS DA UNIÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Direito Penal Tributário: Crimes Contra a Ordem Tributária. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1997. ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualizado por DERZI, Misabel. Rio de Janeiro: Forense, 1981. _____, Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7 ed. rev. e compl. a luz da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional nº 10/1996. Rio de Janeiro, Forense, 1997. MARINS, James. Direito Processual Tributário, 4 ed, São Paulo: Dialética, 2005. NOGUEIRA, Ruy Barbosa Nogueira. Curso de Direito Tributário. 15 ed. atual., São Paulo, Saraiva, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. OLIVEIRA, F.A. de. A desordem fiscal e os caminhos para uma nova reforma do sistema tributário. Campinas: Unicamp/IE, 1993 (Texto para Discussão, 21). PONTES, Helenilson Cunha. O Princípio da Proporcionalidade e o Direito Tributário. São Paulo, Dialética, 2000. REZENDE, F. Fiscal decentralization and big cities financing in Brazil. Brasília: Ipea, jul. 1998, mimeo. _____. A metamorfose do estado. São Paulo: Edições Abag, 1993. VIEIRA, José Roberto. A Regra-Matriz de Incidência do IPI: texto e contexto. Curitiba, Juruá, 1993.

PERIÓDICOS

BARROS, Adriano Celestino Ribeiro. 2011. O ICMS ambiental: interface entre o direito ambiental e tributário, disponível em: . Acesso em: 11 jun. 2013.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

507	Tópicos Especiais da Ciência do Direito	45

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor; Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho- Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

534	Planejamento Tributário	30

APRESENTAÇÃO

Planejamento Tributário: Algumas Considerações Iniciais; O Planejamento: Origens e Importância; Planejamento Tributário: Conceitos e Epistemologia; O Planejamento Tributário a partir das Normas Jurídicas Fiscais; O Planejamento Tributário a Partir das Normas Jurídicas Fiscais; Planejamento Tributário: A Questão da Elisão e da Evasão Fiscal; Definições e Conceitos; Imunidade Tributária; Elisão e Evasão Fiscal; Sistema Tributário: Elementos e Características; Tributação sobre o Consumo, a Propriedade e a Renda; A Medida Provisória N. 232 e a Norma Antielisiva ? Parágrafo Único Do Art. 116; A Medida Provisória N. 232.

OBJETIVO GERAL

• Definir Planejamento Tributário bem como origens, conceito e importância.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar o planejamento tributário a partir das normas jurídicas fiscais; • Posicionar-se sobre a questão da elisão e da evasão fiscal; • Estudar e refletir sobre a Medida Provisória n. 232 e a norma antielisiva – Parágrafo Único do Art. 116.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS O PLANEJAMENTO: ORIGENS E IMPORTÂNCIA PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS FISCAIS O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS FISCAIS PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A QUESTÃO DA ELISÃO E DA EVASÃO FISCAL DEFINIÇÕES E CONCEITOS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ELISÃO E EVASÃO FISCAL SISTEMA TRIBUTÁRIO: ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, A PROPRIEDADE E A RENDA A MEDIDA PROVISÓRIA N. 232 E A NORMA ANTIELISIVA – PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 116 A MEDIDA PROVISÓRIA N. 232

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2007. BATISTA JÚNIOR, Onofre Silva. O planejamento fiscal e a interpretação no direito tributário. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2008. PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ANDRADE, José Maria Arruda de (orgs.). Planejamento tributário. São Paulo: MP Ed., 2007. VAZ, Carlos. Evasão tributária. Rio de Janeiro: Forense, 1987. XAVIER, Alberto. Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva. São Paulo: Dialética, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro, 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Editora Polis, 1991. CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2008. LIMA, Ana Valdívia Ferreira de. O planejamento tributário do imposto de renda pessoa jurídica: estudo de caso em uma empresa de turismo de Fortaleza. Fortaleza: Faculdade Lourenço Filho, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. MELO, José Eduardo Soares de. Planejamento tributário e a Lei Complementar 104. O Planejamento Tributário e a Lei Complementar 104. São Paulo: Dialética, 2001.

PERIÓDICOS

FERREIRA, Alexandre Henrique Salema; DUARTE, Ana Maria da Paixão. Planejamento tributário: instrumento eficaz de gestão empresarial. Qualit@s - Revista Eletrônica. Volume 4 - 2005 / número 2. Disponível em: http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/52/43. Acesso em: 20 jun. 2013.

536	Sistema Tributário Nacional	30

APRESENTAÇÃO

Sistema Tributário Nacional; A História da Tributação No Brasil; Do Império à República: Centralização E Descentralização; O Estado Novo: Poucas Mudanças; O Pós-Guerra: Novos Impostos; A Reforma da Década de 60; A Tributação Durante A Ditadura Militar; A Reforma Tributária de 1988 e os Ajustes Posteriores; Considerações acerca das Últimas Décadas; Enfim....; Parâmetros Tributários da Economia Brasileira; Calibragem de Parâmetros Da Economia Brasileira Em 2002; Distribuição das Famílias; Horas Trabalhadas; Consumo Desagregado; Salário Desagregado; Participação do Capital no Produto; Taxa de Juros; A Distribuição da Carga Fiscal; Tributação Sobre a Renda do Trabalho; Tributação Sobre a Renda do Capital; Tributação Sobre o Consumo; Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto Sobre Serviços (ISS); Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 27 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Parte Fixa e Alíquota Efetiva Total da Tributação sobre o Consumo; Os Meios Eletrônicos e a Tributação; As Mudanças Tecnológicas e os Paradigmas Jurídico-Tributários; Os Principais Problemas Jurídico-Tributários Suscitados pelos Novos Meios Eletrônicos; Software; Livro Eletrônico; Provedor de Acesso à Internet (Rede Mundial De Computadores); Comércio Eletrônico Impróprio ou Indireto; Comércio Eletrônico Próprio ou Direto; Estabelecimento Virtual.

OBJETIVO GERAL

• Prover conhecimentos sobre o Sistema Tributário Nacional, sua história, conceito e importância.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Fazer a análise da tributação durante a ditadura militar com a atual em nosso país; • Estudar o Programa De Integração Social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF); • Focalizar as mudanças tecnológicas e os paradigmas jurídico-tributários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL A HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO O ESTADO NOVO: POUCAS MUDANÇAS O PÓS-GUERRA: NOVOS IMPOSTOS A REFORMA DA DÉCADA DE 60 A TRIBUTAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR A REFORMA TRIBUTÁRIA DE 1988 E OS AJUSTES POSTERIORES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS ENFIM PARÂMETROS TRIBUTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA INTRODUÇÃO CALIBRAGEM DE PARÂMETROS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2002 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS HORAS TRABALHADAS CONSUMO DESAGREGADO SALÁRIO DESAGREGADO PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NO PRODUTO TAXA DE JUROS A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA FISCAL TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA DO TRABALHO TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA DO CAPITAL TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CPMF) PARTE FIXA E ALÍQUOTA EFETIVA TOTAL DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO CONCLUSÃO OS MEIOS ELETRÔNICOS E A TRIBUTAÇÃO INTRODUÇÃO AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E OS PARADIGMAS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS SUSCITADOS PELOS NOVOS MEIOS ELETRÔNICOS SOFTWARE LIVRO ELETRÔNICO PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET (REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES) COMÉRCIO ELETRÔNICO IMPRÓPRIO OU INDIRETO COMÉRCIO ELETRÔNICO PRÓPRIO OU DIRETO ESTABELECIMENTO VIRTUAL CONCLUSÕES OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABAL, Rafael Peixoto. Decadência & os Tributos Sujeitos ao Lançamento por Homologação. Curitiba: Juruá, 2006. AFFONSO, J.R.R. Descentralização fiscal na América Latina: estudo de caso do Brasil. Rio de Janeiro: Cepal/CEPP, 1994, p.71 (Relatório de Pesquisa, 4). _____; SILVA, P. (org.) A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. BRASIL, Angela Bittencourt. Informática Jurídica - O Ciber Direito. Rio de Janeiro. 2000. BRASIL. Código Tributário Nacional. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. ROSA JR., Luiz Emydio F. da. Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário: Jurisprudência Atualizada. 14 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. revista, São Paulo: Malheiros, 1998. SILVA, M.C; BERES, N.A. “Finanças Públicas” In: IBGE Estatísticas Históricas do Brasil 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 12 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. _____. Curso de direito financeiro e tributário? 13 Ed. Atual. Até a publicação da Emenda Constitucional nº 48/2005 e a LC. Nº 118/2005? Rio de Janeiro: Renovar, 2006. VARSANO, R “A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas”. Pesquisa e Planejamento Econômico 27(1), 1997. VIANNA, S.W. et alli “Carga Tributária Direta e Indireta sobre as Unidades Familiares no Brasil: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas em 1996” Texto para Discussão IPEA n.º 757. Brasília: IPEA, setembro 2000. VIEIRA, José Roberto. A Regra-Matriz de Incidência do IPI: texto e contexto. Curitiba, Juruá, 1993.

PERIÓDICOS

CASTRO, Aldemario Araujo. Os meios eletrônicos e a tributação. Disponível em: www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/os-meios-eletrônicos-e-tributação-0?. Acesso em: 5 jun. 2013.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O especialista em Direito Tributário atua escritórios de advocacia, empresas, órgãos públicos e como docente em faculdades ou universidades.